

COMUNICADO DE IMPRENSA

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, os países ricos registam níveis sem precedentes de desenvolvimento humano, ao passo que metade dos países pobres regridem

A crescente polarização política e a desconfiança estão na origem de um impasse em matéria de desafios globais

Nova Iorque, 13 de março de 2024 – O progresso desigual do desenvolvimento está a deixar para trás os mais pobres, agravando a desigualdade e fomentando a polarização política à escala global. De acordo com um novo relatório publicado hoje pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem como consequência um impasse perigoso que deve ser urgentemente combatido por meio de uma ação coletiva.

O Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) de 2023/2024, intitulado *Pôr fim ao impasse: reimaginar a cooperação num mundo polarizado*, revela uma tendência preocupante: a recuperação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – um indicador sintético que reflete o rendimento nacional bruto (RNB) *per capita*, a educação e a esperança de vida – tem sido parcial, incompleta e desigual.

Estima-se que o IDH atinja níveis históricos em 2023, após declínios acentuados em 2020 e 2021. Porém, este progresso é profundamente desigual. Por um lado, os países ricos registam níveis históricos de desenvolvimento humano e, por outro, metade dos países mais pobres do mundo mantêm-se abaixo do seu nível de progresso anterior à crise.

As desigualdades globais são agravadas por uma concentração económica substancial. Como se refere no relatório, aproximadamente 40 por cento do comércio global de mercadorias concentra-se em três ou menos países e, em 2021, a capitalização bolsista de cada uma das três maiores empresas tecnológicas a nível mundial ultrapassou o produto interno bruto (PIB) de mais de 90 por cento dos países nesse ano.

«O aumento da lacuna de desenvolvimento humano evidenciada pelo relatório aponta para uma inversão da tendência de duas décadas de redução constante das desigualdades entre países ricos e pobres. Apesar da profunda interligação das nossas sociedades globais, estamos



a ficar aquém das expectativas. Devemos potenciar a nossa interdependência e as nossas capacidades para enfrentarmos os desafios comuns e existenciais e para garantir que as aspirações das pessoas sejam satisfeitas», afirmou Achim Steiner, diretor do Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento. «Este impasse a necessidade imediata de uma ação unida para fazer face à crise climática, ou no surgimento da inteligência artificial como uma nova fronteira tecnológica em rápida evolução, com pouca ou nenhuma proteção regulatória. O relatório destaca o facto de a desglobalização não ser viável nem realista atualmente e de a interdependência económica permanecer elevada.

Refere que nenhuma região está próxima da autossuficiência, uma vez que todas dependem em 25 por cento ou mais das importações de outras regiões de, pelo menos, um dos principais tipos de bens e serviços.

«Num mundo marcado por uma polarização e por uma divisão crescentes, descurar o investimento nos outros representa uma séria ameaça ao nosso bem-estar e à nossa segurança. As abordagens protecionistas são incapazes de dar resposta aos desafios complexos e interligados que enfrentamos, incluindo a prevenção de pandemias, as alterações climáticas e a regulação digital», acrescentou Steiner. «Os nossos problemas estão interligados, pelo que requerem soluções igualmente interligadas. Com a adoção de uma agenda centrada em oportunidades que coloque a tónica nos benefícios da transição energética e da inteligência artificial para o desenvolvimento humano, dispomos de uma oportunidade para sair do atual impasse e para reacender o compromisso com um futuro partilhado.»

O relatório destaca a forma como a interdependência global está a ser reconfigurada e apela a uma nova criação de bens públicos globais. Propõe quatro áreas de ação imediata:

- bens públicos a nível planetário, à medida que enfrentamos os desafios sem precedentes do Antropoceno;
- bens públicos globais digitais, para uma maior equidade no aproveitamento das novas tecnologias com vista a um desenvolvimento humano equitativo;
- mecanismos financeiros novos e alargados, incluindo uma nova via de cooperação internacional que complemente a ajuda humanitária e o apoio tradicional ao desenvolvimento dos países com um baixo rendimento; e
- redução da polarização política através de abordagens de governação centradas na valorização das vozes das pessoas no que respeita à deliberação e à luta contra a desinformação.

Neste contexto, o relatório defende que o multilateralismo desempenha um papel fundamental, uma vez que os compromissos bilaterais não têm capacidade para abordar a natureza irredutivelmente planetária do fornecimento de bens públicos globais.

Outros dados fundamentais sobre o relatório

- Em 2023, todos os 38 países membros da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) obtiveram pontuações mais elevadas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) comparativamente aos seus níveis em 2019.
- Entre os 35 países menos desenvolvidos (PMD) que registaram um declínio nos seus IDH em 2020 e/ou em 2021, mais de metade (18 países) ainda não recuperaram os seus níveis de desenvolvimento humano de 2019.
- De acordo com a tendência registada antes de 2019, nenhuma das regiões em vias de desenvolvimento alcançou os níveis de IDH previstos. Afigura-se que transitaram para uma trajetória de IDH inferior, o que indica potenciais recuos permanentes no progresso futuro do desenvolvimento humano.
- O impacto das perdas de desenvolvimento humano está bem patente no Afeganistão e na Ucrânia. O IDH do Afeganistão registou um retrocesso de dez anos, ao passo que o IDH da Ucrânia registou o seu nível mais baixo desde 2004.
- O relatório cita estudos que apontam para o facto de os países com governos populistas apresentarem taxas de crescimento do PIB mais baixas. Decorridos quinze anos após a tomada se que o PIB per capita é 10 por cento inferior ao que se registaria num contexto de governo não populista.

São Tomé e Príncipe

Neste relatório, o valor do índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de São Tomé e Príncipe é de 0,613 (2022) - o que coloca o país na categoria de desenvolvimento humano médio - posicionando-o em 141 dos 193 países e territórios.

Entre 1990 e 2022, o valor do IDH de São Tomé e Príncipe aumentou de 0,480 para 0,613, um aumento de 27.7 por cento. Em este período, a esperança de vida de São Tomé e Príncipe à nascença aumentou 7.3 anos, a média de anos de escolaridade aumentou 4,5 anos e a esperança de anos de escolaridade aumentou 1,8 anos. A renda per capita de São Tomé e Príncipe aumentou cerca de 71.0 por cento entre 1990 e 2022.

O IDH de São Tomé e Príncipe de 2022 de 0,613 é inferior à média de 0,640 para países do grupo de desenvolvimento humano médio e superior à média de 0,549 para países da África Subsaariana. Da África Subsaariana, São Tomé e Príncipe é comparado com Cabo Verde e Guiné Equatorial, que têm HDIs classificados 131 e 133, respectivamente



Para saber mais sobre o relatório do Desenvolvimento Humano 2023/24, visite

[Human Development Report 2023-24 | Human Development Reports \(undp.org\)](https://undp.org/human-development-report-2023-24)

[Specific country data | Human Development Reports \(undp.org\)](https://undp.org/specific-country-data)

Sobre o PNUD

O PNUD é a principal organização das Nações Unidas dedicada à luta contra a injustiça da pobreza, da desigualdade e das alterações climáticas. Através da nossa vasta rede de peritos e parceiros em 170 países, apoiamos os países na criação de soluções integradas e sustentáveis para as pessoas e para o planeta. Saiba mais em undp.org ou siga-nos em [@PNUD](https://twitter.com/PNUD).

Sobre o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH) tem por missão promover o desenvolvimento humano. O seu objetivo passa por contribuir para a expansão das oportunidades, da escolha e da liberdade. O gabinete procura alcançar este objetivo através da promoção de ideias novas e inovadoras, da defesa de alterações de políticas concretas e da contestação construtiva de políticas e abordagens que limitam o desenvolvimento humano. O gabinete colabora com terceiros com vista a alcançar a mudança através da escrita e da investigação, da análise e da apresentação de dados, do apoio à análise nacional e regional e do trabalho de divulgação e de sensibilização.